



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE
DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS**

Domingo, 21 de abril de 2013.

Caderno de Prova A

2ª etapa: Prova Objetiva

Cargo: Delegado de Polícia Substituto

Este caderno de prova contém questões de

Prova Objetiva											
Conhecimentos Gerais				Conhecimentos Específicos							
Língua Portuguesa	Realidade Étnica*	Soma		Direito Penal	Direito Processual Penal	Direito Constitucional	Direito Administrativo	Direito Civil	Medicina Legal	Soma	
Nº de Questões	Nº de Questões	Valor de Cada Questão	Valor da Prova	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Valor de Cada Questão	Valor da Prova
10	5	1	15	15	15	15	15	15	10	1	85

* Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do estado de Goiás e do Brasil. (lei nº 14.911, de 11 de agosto de 2004).

Instruções

- 1) Verifique se seu nome, seu número de inscrição e do seu documento de identidade estão grafados corretamente, abaixo da linha. Se houver algum erro, comunique ao fiscal de sala, conforme item 93 do Edital.
- 2) Verifique ainda se o caderno está completo ou se há alguma imperfeição gráfica que possa gerar ilegitimidade ou dúvidas. Se necessário, peça a substituição deste caderno antes de iniciar a prova.
- 3) Leia cuidadosamente o que está proposto.
- 4) As respostas das questões objetivas deverão ser transcritas (marcadas) no cartão de resposta, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta. O cartão de resposta será o único documento válido para a correção da prova objetiva. Os candidatos que descumprirem este item arcarão com eventual prejuízo da ausência de leitura óptica de suas marcações e/ou de sua eliminação, conforme itens 90, 98 e 99 do Edital.
- 5) Caso queira, o candidato poderá utilizar os espaços de rascunho deste caderno de prova e o rascunho do gabarito para registrar as alternativas escolhidas.
- 6) A partir das 16h 30min, os candidatos poderão sair da sala de prova portando este caderno, conforme itens 70, 71 e 94 do Edital.

Observação: Os fiscais não estão autorizados a fornecer informações acerca desta prova.

Identificação do candidato

Rascunho do Gabarito

Questão	Alternativas	Questão	Alternativas
1	a b c d	51	a b c d
2	a b c d	52	a b c d
3	a b c d	53	a b c d
4	a b c d	54	a b c d
5	a b c d	55	a b c d
6	a b c d	56	a b c d
7	a b c d	57	a b c d
8	a b c d	58	a b c d
9	a b c d	59	a b c d
10	a b c d	60	a b c d
11	a b c d	61	a b c d
12	a b c d	62	a b c d
13	a b c d	63	a b c d
14	a b c d	64	a b c d
15	a b c d	65	a b c d
16	a b c d	66	a b c d
17	a b c d	67	a b c d
18	a b c d	68	a b c d
19	a b c d	69	a b c d
20	a b c d	70	a b c d
21	a b c d	71	a b c d
22	a b c d	72	a b c d
23	a b c d	73	a b c d
24	a b c d	74	a b c d
25	a b c d	75	a b c d
26	a b c d	76	a b c d
27	a b c d	77	a b c d
28	a b c d	78	a b c d
29	a b c d	79	a b c d
30	a b c d	80	a b c d
31	a b c d	81	a b c d
32	a b c d	82	a b c d
33	a b c d	83	a b c d
34	a b c d	84	a b c d
35	a b c d	85	a b c d
36	a b c d	86	a b c d
37	a b c d	87	a b c d
38	a b c d	88	a b c d
39	a b c d	89	a b c d
40	a b c d	90	a b c d
41	a b c d	91	a b c d
42	a b c d	92	a b c d
43	a b c d	93	a b c d
44	a b c d	94	a b c d
45	a b c d	95	a b c d
46	a b c d	96	a b c d
47	a b c d	97	a b c d
48	a b c d	98	a b c d
49	a b c d	99	a b c d
50	a b c d	100	a b c d

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 10.

Observações sobre o direito de punir

1 Não há direito de punir. Há apenas poder de punir. O homem é punido pelo seu crime porque o
2 Estado é mais forte que ele. A guerra, grande crime, não é punida porque se acima dum homem há os
3 homens, acima dos homens nada mais há.

4 E não há o direito de punir, pois a própria representação do crime na mente humana é o que há de
5 mais instável e relativo: como julgar que posso punir baseada apenas em que o meu critério de julgamento
6 para tonalizar tal ato como criminoso ou não é superior a todos os outros critérios? Como crer que se tem
7 verdadeiramente o direito de punir se se sabe que a não observância do fato X, hoje fato criminoso,
8 considerava-se igualmente crime? “Nenhum de nós pode se lisonjear de não ser um criminoso
9 relativamente a um estado social dado, passado, futuro ou possível”, disse Tarde.

10 O que é certo, na questão da punição, é que determinadas instituições, em dada época, sentindo-
11 se ameaçadas em sua solidez com a perpetração de determinados atos, com mão de ferro taxa-os como
12 puníveis, muitas vezes nesses atos não há nem a sombra de um delito natural: essas instituições querem
13 apenas se defender. Outra humanidade falaria antes em “direito de se defender”, direito de lutar, de deixar
14 de comparecer ao campo de guerra a instituição velha e nova. Porque o crime significa um ataque a
15 determinada instituição vigente, em grande parte das vezes, e se não fosse punido representaria a
16 derrocada dessa instituição e o estabelecimento duma nova. Processar-se-ia, pois, uma evolução mais
17 rápida e violenta, de resultados provavelmente maus, tendo-se em vista a frequente anormalidade do
18 criminoso. A sociedade, porém, mais sabiamente, prefere falar num “direito de punir”, força unilateral,
19 garantidora de uma boa defesa contra o ataque à sua estabilidade.

20 Uma hipótese quanto ao surgimento e evolução do direito de punir. De início, não existiam direitos,
21 mas poderes. Desde que o homem pôde vingar a ofensa a ele dirigida e verificou que tal vingança o
22 satisfazia e atemorizava a reincidência, deixou de exercer sua força perante uma força maior. No entanto,
23 como acontece muitas vezes no domínio biológico, a reação – vingança – começou a ultrapassar de muito
24 a ação – ofensa – que a provocara. Os fracos uniram-se: e é então que começa propriamente o plano, isto
25 é, a incursão do consciente e do raciocínio no mecanismo social, ou melhor, é aí que começa a sociedade
26 propriamente dita. Fracos unidos não deixam de constituir uma força. E os fracos, os primeiros ladinos e
27 sofistas, os primeiros inteligentes da história da humanidade, submeteram aquelas relações, até então
28 naturais, biológicas e necessárias, ao domínio do pensamento. Surgiu, como defesa, a ideia de que,
29 embora não tivessem força, tinham direitos, fundados nas noções de Justiça, Caridade, Igualdade e Dever.
30 Essas noções foram se insinuando naquele grupo humano primitivo, instituído pelos que delas
31 necessitavam, tão certo como o é o fato de os primeiros remédios terem sido inventados pelos doentes.

32 E no espírito do homem foi se formando a correspondente daquela revolta: um superego mais ou
33 menos forte, que daí em diante regeria e fiscalizaria as relações do novo homem com os seus semelhantes
34 em face da sociedade, impedindo-lhe a perpetração de atos considerados por todos como proibidos. À
35 medida que essas noções foram se plasmando no indivíduo e no decorrer das gerações, os meios de vida
36 foram extinguindo cada vez mais sua possibilidade de usar da força bruta nas relações de homem para
37 homem. Na resolução de seus litígios, não mais aparecia o mais forte e musculoso diante do menos
38 poderoso pelo próprio nascimento e natureza. Igualados pelas mesmas condições, afrouxados na sua
39 agressividade de animal pelo nascimento do superego (homem social), fizeram (sem que o objetivo fosse
40 delimitado em sua consciência) uma espécie de tratado de paz, as leis, pelas quais os interesses e os
41 “proibidos” não seriam violados reciprocamente, sob a garantia duma punição por parte da coletividade. É a
42 passagem do castigo ministrado pelo ofendido para o castigo provindo de toda a sociedade. E isso se
43 explica: uma vez que todos estavam em condições mais ou menos iguais, difícil seria a defesa; para
44 manter a inviolabilidade das leis fizeram titular do direito toda a coletividade, adversário forte.

45 O resto segue-se naturalmente. Os mais capazes, os mais fortes são incumbidos de vigiar a

46 observância dessas leis, constituindo o primeiro Estado, isto é, organizador permanente da estabilidade
 47 social. Esse novo órgão, no decorrer dos tempos fortalecido pelo apoio de todos, passa a encarar o poder,
 48 mesmo independente da aquiescência individual. E esse órgão a si mesmo concede, sem que tenha um
 49 outro fundamento, o “direito de punir”.

LISPECTOR, Clarice. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. p. 45-46. (Adaptado).

Questão 1

Defende-se no texto a ideia de que o “direito de punir”

- decorre da representação de crime na mente, noção universalmente aceita pelos indivíduos das várias sociedades humanas.
- é, na verdade, uma força unilateral e uma criação da sociedade, que tem como objetivo principal a preservação da estabilidade.
- instaura a punição a partir da correspondência entre os atos puníveis e o delito natural, independentemente da época histórica.
- é noção equivalente à de “poder de punir”, já que não há entre os dois conceitos distinção que os possa diferenciar.

Questão 2

Na frase “[o homem] deixou de exercer sua força perante uma força maior” (linha 22), há o seguinte pressuposto acionado linguisticamente pelo verbo “deixar”:

- No passado, o homem exerceu sua força perante uma força maior.
- O homem é por natureza um ser que procura impor-se pela força física.
- O homem esperto sabe que pode exercer sua força perante o mais fraco.
- Nos dias atuais, o homem busca várias formas de exercer seu poder sobre os demais.

Questão 3

Um dos sentidos do quarto parágrafo do texto (linhas 20-31) pode ser resumido na seguinte máxima popular:

- Quem sai aos seus não degenera.
- A união faz a força.
- Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.
- Mais vale um pássaro na mão do que dois voando.

Questão 4

De acordo com o texto:

- em todas as épocas há instituições que deixam de se valer de leis para se defenderem de possíveis ameaças externas.
- os mais fracos, em seu conjunto, formam o primeiro Estado, cujo poder, para existir, não depende do apoio de toda a sociedade.
- compreender o direito de punir implica o entendimento de que ele se transformou ao longo do tempo, passando de castigo social para castigo individual.
- no processo de criação e evolução do direito de punir assistiu-se à substituição da força física pela noção de direitos individuais para a resolução de conflitos.

Questão 5

Os itens “ele” (linha 2) e “delas” (linha 30) retomam, respectivamente:

- homem – essas noções
- Estado – aquelas relações
- grande crime – biológicas
- direito de punir – ideias

Questão 6

A expressão sublinhada em “E esse órgão a si mesmo concede, sem que tenha um outro fundamento, o ‘direito de punir’” (linhas 48-49) exerce a mesma função sintática daquela que está sublinhada em:

- “Outra humanidade falaria antes em ‘direito de se defender’, direito de lutar, de deixar de comparecer ao campo de guerra a instituição velha e nova.” (linhas 13-14).
- “Essas noções foram se insinuando naquele grupo humano primitivo, instituído pelos que delas necessitavam” (linhas 30-31).
- “Na resolução de seus litígios, não mais aparecia o mais forte e musculoso diante do menos poderoso pelo próprio nascimento e natureza.” (linhas 37-38).
- “E os fracos [...] submeteram aquelas relações, até então naturais, biológicas e necessárias, ao domínio do pensamento” (linhas 26-28).

Questão 7

No trecho “Os mais capazes, os mais fortes são incumbidos de vigiar a observância dessas leis, constituindo o primeiro Estado” (linhas 45-46), caso se suprima a expressão “os mais fortes”, qual o procedimento necessário para se manter o período de acordo com a norma-padrão da língua?

- Manter apenas a primeira vírgula do período.
- Suprimir apenas a primeira vírgula do trecho.
- Substituir a segunda vírgula do trecho por ponto final.
- Manter as duas vírgulas do período.

Questão 8

É exemplo de uso conotativo da linguagem:

- “mão de ferro” (linha 11)
- “instituição vigente” (linha 15)
- “apoio de todos” (linha 47)
- “aquiescência individual” (linha 48)

Questão 9

No texto, o trecho “Nenhum de nós pode se lisonjear de não ser um criminoso relativamente a um estado social dado, passado, futuro ou possível” (linhas 8-9) é um exemplo de

- metáfora
- paráfrase
- intertextualidade
- intratextualidade

Questão 10

Os termos “pois” (linha 4) e “embora” (linha 29) expressam, respectivamente, sentido

- final e causal
- explicativo e concessivo
- conformativo e alternativo
- adversativo e condicional

Espaço para rascunho

Questão 11

Outro empreendimento importante que nasceu do governo de Mauro Borges foi a tentativa de reforma agrária através de uma experiência-piloto: o Combinado Agrourbano de Arraias [...]. Nesse caso, talvez as intenções ultrapassassem, de muito, os meios disponíveis humanos e materiais.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'anna. *História de Goiás (1722-1972)*. Goiânia: Ed. da UCG, 1994. p. 121.

O governador Mauro Borges, procurando amenizar os problemas do homem do campo, encampou em Goiás uma experiência não muito bem-sucedida de socialismo cooperativista com forte influência

- a) do modelo de autogestão encontrado no socialismo iugoslavo.
- b) do estilo urbanístico dos bairros semirurais franceses.
- c) da estrutura administrativa dos campos de trabalho poloneses.
- d) da organização comunitária dos Kibutz israelenses.

Questão 12

As intervenções [federais nos estados] estavam previstas no artigo 6º da Constituição Federal. O pacto político nacional conferia às situações (oligarquias) o direito de controle estadual – não foi outra senão esta a diretriz política de Campos Sales com a sua “política dos Estados”. [...] Sendo uma forma de proceder a mudanças nos quadros políticos estaduais, elas iam de encontro à autonomia estadual, tida como um dos elementos caracterizadores do período.

CAMPOS, F. Itami. *O coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. Vieira, 2003. p. 49-50.

No tocante a Goiás, no período da República Velha, o recurso da intervenção federal

- a) foi utilizado pela família Bulhões para manter-se no poder, já que Leopoldo de Bulhões, usando o seu prestígio como Ministro da Fazenda, conseguiu destituir o grupo de Xavier de Almeida, em 1905.
- b) não foi utilizado, apesar de várias solicitações, uma vez que Goiás era um estado periférico, com baixa densidade demográfica e fraca economia, tornando-o pouco significativo para o Governo Federal.
- c) não foi utilizado, já que, por conta da precariedade dos meios de transportes, não havia tropas federais estacionadas no estado para promover a destituição do governo local.
- d) foi utilizado apenas em 1927, quando o Governo Federal destituiu o presidente do estado Brasil Ramos Caiado, por causa do conflito entre o poder executivo e o Superior Tribunal de Justiça de Goiás.

Questão 13

Se aqueles feitos *extraordinários da santa* foram o bastante para renovar a fé dos sertanejos, criando para eles a esperança de um mundo novo, despertaram também a preocupação e o ressentimento dos coronéis e fazendeiros, classe dominante, com as possíveis consequências que poderiam advir daquele ajuntamento.

VASCONCELOS, Lauro de. *Santa Dica: encantamento do povo*. Goiânia: UFG, 1991. p. 91.

Apesar das desconfianças da elite política goiana, em alguns momentos, Santa Dica e seus seguidores foram convocados para participar das disputas políticas que afetaram Goiás. Nesse sentido, Santa Dica

- a) auxiliou o governo de Brasil Ramos Caiado ao impedir que a tropa dos revolucionários da Coluna Prestes adentrasse o território goiano.
- b) incorporou-se à Coluna Artur Bernardes, contribuindo para a destituição dos representantes da República Velha em Goiás, na chamada Revolução de 1930.
- c) recrutou voluntários para participar, junto com os legalistas da Revolução Constitucionalista de 1932, enfrentando inclusive vários combates armados.
- d) usou o seu prestígio para se tornar uma protagonista política na região de Pirenópolis, sendo eleita prefeita do município por duas vezes, na década de 1970.

Espaço para rascunho

Questão 14

O bioma do cerrado distribuído pelo território nacional (1/3 da biota brasileira), no contexto da globalização da economia, está sofrendo violento processo de impactos ambientais em termos de degradação e destruição de significativos ecossistemas do território do país.

BARBOSA, A. S.; TEIXEIRA NETTO, A.; GOMES, H. *Geografia: Goiás-Tocantins*. Goiânia: Editora da UFG, 2004. 2. ed. p. 144.

Os impactos ambientais nas áreas de vegetação natural dos cerrados goianos são causados pela

- a) ampliação das áreas de produção agrícola, o que promoveu o desmatamento e a degradação ambiental, decorrente das práticas da agricultura intensiva.
- b) redução nos índices de precipitação pluviométrica e pelo aumento da temperatura do ar, decorrentes do aquecimento global.
- c) expansão urbana, responsável pelos maiores índices de desmatamento e de extinção de espécies da fauna e da flora do cerrado.
- d) inexistência de legislação estadual e federal que regulamente as políticas de preservação ambiental em áreas de cerrado.

Questão 15

A geomorfologia do território goiano resulta de três processos naturais, sendo eles: o aplainamento do relevo primitivo por meio de sucessivos ciclos erosivos, a intensa deposição de sedimentos que formou as nossas bacias sedimentares e o entalhamento dos diferentes níveis de relevo mediante a rede de drenagem instalada no modelado.

BARBOSA, A. S.; TEIXEIRA NETTO, A.; GOMES, H. *Geografia: Goiás-Tocantins*. Goiânia: Editora da UFG, 2004. 2. ed. p. 151.

Nesse sentido observa-se que o relevo goiano é caracterizado por

- a) apresentar diferenciações altimétricas bruscas, com cotas que variam entre 400 e 2000 metros.
- b) constituir-se por cristas de estrutura inclinada relativas a escarpas suaves de um lado e encostas abruptas do outro.
- c) apresentar como área mais extensa a Planície do Araguaia, onde se encontra a Ilha do Bananal.
- d) constituir-se das seguintes unidades geomorfológicas: o Planalto Central Goiano, a Depressão do Araguaia e o Chapadão de Rio Verde.

Espaço para rascunho

Direito Penal**Questão 16**

Mévio, com *animus necandi*, deixa de prestar auxílio a seu colega durante a escalada de uma montanha íngreme e perigosa. Ao negar-se a estender a mão ao colega que havia se desequilibrado, Mévio observa-o cair num precipício e morrer. Sobre a conduta de Mévio, tem-se o seguinte:

- a) estando na posição de garante, responderá por homicídio culposo, uma vez que possuía o dever legal de impedir o resultado.
- b) responderá pelo crime de omissão de socorro, com a pena triplicada pelo resultado morte.
- c) por haver assumido o risco do resultado morte, responderá pelo crime de homicídio doloso, na espécie dolo eventual.
- d) responderá pelo crime de homicídio doloso, posto que desejou diretamente o resultado morte.

Questão 17

Caio, desejando matar Túlio, dispara projéteis de arma de fogo contra seu desafeto. Túlio, alvejado, cai e permanece inerte no chão enquanto Caio retira-se do local. Observando a cena, Lívio aproxima-se com intenção de despojar a vítima de seus bens e, ao retirar o relógio, nota que Túlio esboça reação quando, então, Lívio utiliza uma pedra para acertar-lhe a cabeça. Túlio vem a óbito e no exame cadavérico o legista atesta que a morte ocorreu por concussão cerebral. No caso, responderão Caio e Lívio, respectivamente, por:

- a) homicídio consumado e roubo próprio.
- b) homicídio tentado e latrocínio.
- c) homicídio tentado e roubo impróprio.
- d) homicídio consumado e latrocínio.

Questão 18

Ana, menor de 17 anos de idade, contrariando proibição de seus pais, procura Júlio para que este realize uma tatuagem no seu ombro com aproximadamente 15 centímetros de diâmetro. Ainda que presente a tipicidade formal, poderá ser aplicado o Princípio da Alteridade porque

- a) não houve lesão efetiva ao bem jurídico tutelado.
- b) a lesão foi irrelevante ou insignificante.
- c) a lesão está dentro do que se considera como socialmente adequado.
- d) não houve lesão a bem jurídico de terceiro.

Questão 19

Múcio, gerente de Recursos Humanos de uma empresa privada, durante seleção para preenchimento de vaga para secretária executiva, diz na presença de várias pessoas que candidatas de origem nordestina não seriam aceitas por não se encaixarem no perfil da empresa. Valéria, uma candidata nordestina, sentindo-se humilhada, retira-se da seleção. Na hipótese, Múcio praticou contra Valéria o crime de

- a) injúria, no caso qualificada, havendo ofendido-lhe a dignidade.
- b) tortura, pois submeteu a candidata a intenso sofrimento mental.
- c) preconceito, por negar ou obstar emprego em empresa privada.
- d) constrangimento ilegal, ao impedir a candidata de participar da seleção.

Questão 20

Policial que, encontrando-se em situação de troca de tiros com delinquente, acerta um deles causando-lhe a morte, poderá ter excluída a ilicitude pela causa justificante:

- a) estado de necessidade
- b) legítima defesa
- c) exercício regular de direito
- d) estrito cumprimento do dever legal

Questão 21

A Lei n. 4898/65 (Abuso de Autoridade) estabelece a responsabilização criminal, civil e administrativa da autoridade que comete abuso no exercício de suas funções. Sobre a referida legislação, tem-se o seguinte:

- a) quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de 1 a 5 anos.
- b) a responsabilização criminal será promovida pelo Ministério Público mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido como condição de procedibilidade.
- c) a responsabilidade civil poderá ser buscada pelo ofendido somente em face da autoridade autora do delito, através de advogado constituído.
- d) a responsabilidade administrativa poderá ensejar uma sanção de suspensão do cargo, função ou posto por prazo de 15 a 180 dias, com perda de vencimentos e vantagens.

Questão 22

Sobre as causas de justificação em direito penal, tem-se o seguinte:

- a) no estado de necessidade a conduta pode ser dirigida contra um terceiro desinteressado, enquanto na legítima defesa a conduta recai somente sobre o agressor.
- b) no estado de necessidade o bem jurídico é exposto a perigo, enquanto na legítima defesa o direito sofre uma agressão futura.
- c) no estado de necessidade ocorre um conflito entre dois bens jurídicos colocados em perigo, somente por conduta da pessoa humana.
- d) a legítima defesa putativa é incompatível com a tentativa, tendo em vista a errônea suposição de uma agressão por parte do defendente.

Questão 23

O crime de lavagem de capitais consubstancia-se no ato ou no conjunto de atos praticados pelo agente com a finalidade de dar aparência lícita a ativos (bens, direitos ou valores) provenientes de ilícito penal (infração antecedente), cujo aperfeiçoamento ocorre após processos complexos, na busca da referida finalidade. Desse modo, quando o agente lavador efetua vários depósitos fracionados em uma única ou várias contas bancárias, cujo beneficiário é um único sujeito, constituindo a somatória desses valores expressiva quantia em dinheiro, tem-se o que a doutrina denomina de

- a) mescla
- b) ocultação
- c) cegueira deliberada
- d) estruturação

Questão 24

Cabelo de Anjo, servidor público estadual efetivo, lotado em uma secretaria estadual, no exercício de função gratificada, após concluída investigação e oferecimento de denúncia pelo Ministério Público em razão da prática de atos de corrupção por uma organização criminoso estabelecida dentro do órgão da qual ele era integrante, teve decretado o afastamento cautelar (suspensão da função pública), nos termos do que determina o Código de Processo Penal. Não obstante o afastamento, continuou a frequentar a repartição pública, inclusive praticando atos inerentes à função. Diante dessas circunstâncias, em qual infração estaria incurso Cabelo de Anjo?

- a) Desobediência judicial sobre perda ou suspensão de direito (art. 359, CP)
- b) Usurpação de função pública (art. 328, CP)
- c) Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado (art. 324, CP)
- d) Desobediência (art. 330, CP)

Espaço para rascunho

Questão 25

O Código Penal descreve, no art. 325, o crime de violação de sigilo funcional (revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação: Pena – detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave). Sobre referido tipo penal, verifica-se:

- a) cuida-se de crime comum, na medida em que o particular a quem o segredo é transmitido, mesmo que não tenha concorrido para o crime, também responderá pelo delito.
- b) o segredo revelado pode dizer respeito tanto ao de interesse público quanto ao de interesse privado, para atrair o tipo penal.
- c) se ao tempo da ação o agente já não era mais servidor público, não incidirá na norma proibitiva, exceto se estiver aposentado ou em disponibilidade.
- d) pratica o delito o servidor público que revela ou facilita a revelação do fato sigiloso, mesmo tendo ciência do fato fora de sua atribuição ou competência.

Questão 26

Cabelo de Anjo, no intuito de prejudicar seu desafeto, o delegado de polícia civil da cidade, cuja atuação na repressão à criminalidade é amplamente reconhecida, especialmente nos casos de corrupção, apresenta representação por via postal ao Ministério Público, imputando à referida autoridade policial a prática de vários ilícitos penais, dentre eles o de corrupção passiva, sabendo que tais fatos não ocorreram. No intervalo entre a remessa da correspondência e o recebimento pelo representante do Ministério Público, o delegado toma conhecimento e consegue interceptar a missiva, desmascarando a trama com a prova de sua inocência. Nesse caso, Cabelo de Anjo responderá por

- a) denúncia caluniosa na forma consumada
- b) calúnia na forma tentada
- c) denúncia caluniosa na forma tentada
- d) calúnia na forma consumada

Questão 27

Consoante proclama a doutrina, a participação é conduta acessória à do autor, considerada principal, elencando algumas espécies de acessoriedade. Aquela que afirma que o partícipe somente é responsabilizado quando diante de um fato típico, ilícito e culpável, é a denominada acessoriedade

- a) limitada
- b) extremada
- c) hiperacessoriedade
- d) mínima

Questão 28

Conceitua-se o crime de quadrilha ou bando como a reunião estável e permanente (que não significa perpétua), para o fim de perpetração de uma indeterminada série de crimes. Nesse sentido:

- a) trata-se de crime de concurso necessário de condutas paralelas.
- b) é necessário para a configuração do delito que os componentes da associação criminosa se conheçam reciprocamente.
- c) necessária se faz a identificação de todos os componentes da quadrilha para o aperfeiçoamento do tipo.
- d) a extinção da punibilidade de um dos membros da quadrilha afasta o crime.

Espaço para rascunho

Questão 29

Madame Pink, recém-casada, procura o médico ginecologista para realizar exames preventivos de rotina. Antes de iniciar o exame, o médico pede que a paciente se dispa. Logo após ela se deitar na maca ginecológica, acaricia sua vagina e nela introduz seu dedo. Nesse caso, o médico responderá por

- a) estupro de vulnerável
- b) estupro
- c) assédio sexual
- d) violação sexual mediante fraude

Questão 30

Sobre as teorias do dolo e da culpabilidade, tem-se que

- a) a teoria extremada situa o dolo na culpabilidade e a atual consciência da ilicitude no próprio dolo.
- b) a teoria limitada do dolo introduziu no direito penal o conceito de culpabilidade pela condução de vida, dando origem ao denominado Direito Penal do Fato.
- c) a teoria extremada da culpabilidade transfere o dolo para o tipo penal, de modo que este, juntamente com a consciência da ilicitude, que por sua vez é transferida para a culpabilidade, devem ser atuais.
- d) a teoria limitada da culpabilidade considera como erro de proibição todo e qualquer erro que incida sobre uma causa de justificação.

Espaço para rascunho

Questão 31

Sobre as medidas assecuratórias, tem-se que, segundo o Código de Processo Penal:

- a) são instrumentos processuais cuja finalidade é, cumulativa e exclusivamente, garantir o pagamento das despesas processuais, assegurar o pagamento da pena de multa e ressarcir o acusado em caso de absolvição ou anulação do processo.
- b) o arresto prévio à hipoteca legal é medida assecuratória que incide sobre os bens móveis e imóveis adquiridos com proventos da prática criminosa, ou seja, sobre os lucros obtidos de forma indireta pelo crime.
- c) o sequestro se presta a salvaguardar possível ressarcimento em face da prática do crime, enquanto a hipoteca legal visa, tão somente, a evitar que o bem móvel produto ou provento da prática do crime pereça antes de solvida a discussão da causa.
- d) o juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o sequestro em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa.

Questão 32

Sobre a interceptação das comunicações, tem-se o seguinte:

- a) é cabível, em regra, a interceptação telefônica para apuração de ato infracional ou para fins civis, comerciais, industriais ou que envolvam direitos difusos.
- b) segundo o Superior Tribunal de Justiça, é possível a autorização de interceptação telefônica independentemente da existência de inquérito policial.
- c) segundo o Superior Tribunal de Justiça, a prisão em flagrante ocorrida em razão do monitoramento telefônico é nula, uma vez que configura hipótese de flagrante preparado.
- d) já se consolidou o entendimento de que a prova emprestada, mesmo se na origem forem respeitados o contraditório e a ampla defesa, é inadmissível.

Questão 33

Sobre o direito de defesa, tem-se que

- a) a defesa técnica é indispensável, na medida em que, mais do que garantia do acusado, é condição de paridade de armas, imprescindível à concreta atuação do contraditório.
- b) constitui nulidade relativa, violadora do princípio da ampla defesa, a nomeação de defensor dativo sem intimação do réu para constituir novo defensor, em virtude da renúncia do advogado.
- c) na investigação criminal, a defesa é imprescindível, uma vez que, nessa fase, são assegurados o contraditório, a ampla defesa e a assistência do advogado ao preso em flagrante.
- d) a autodefesa, composta pelo direito de audiência e pelo direito de presença, é dispensável pelo juiz, mas dela o acusado não poderá renunciar, devendo a ele ser imposta.

Questão 34

Quanto à prova pericial, segundo o Código de Processo Penal, tem-se o seguinte:

- a) na falta de peritos oficiais, a perícia será realizada por uma pessoa idônea, portadora de diploma de qualquer área de habilitação técnica.
- b) será facultada ao Ministério Público e ao acusado a formulação de quesitos aos peritos, mas, diferentemente do previsto no Código de Processo Civil, as partes não poderão indicar assistente técnico.
- c) em regra, o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.
- d) a falta do exame de corpo de delito direto nos crimes que deixam vestígios é causa de nulidade insanável, não podendo ser suprida pela prova testemunhal.

Questão 35

Segundo o Código de Processo Penal, a citação do réu preso será feita

- a) por hora certa.
- b) por edital, independentemente de onde o réu se encontrar preso.
- c) mediante requisição à autoridade prisional, dispensando-se o mandado.
- d) pessoalmente.

Questão 36

Sobre os juizados especiais criminais, tem-se o seguinte:

- a) os crimes de menor potencial ofensivo praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses de autarquias federais ou da União são, conforme previsão constitucional, de competência da justiça dos estados.
- b) segundo o Supremo Tribunal Federal, a suspensão condicional do processo representa um direito subjetivo do imputado, podendo ser proposta pelo Ministério Público ou pelo magistrado, desde que, atendidos os requisitos de ordem objetiva, o acusado confesse a prática criminosa.
- c) é possível, segundo entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça, a revogação do benefício de suspensão condicional do processo após o término do período de prova, desde que os fatos ensejadores da revogação tenham ocorrido durante esse período.
- d) os efeitos da transação penal, conforme o Superior Tribunal de Justiça, poderão ser, por ser objeto de sentença meramente homologatória, afastados mediante ação anulatória, a ser ajuizada, pelo autor do fato, perante o juízo cível.

Questão 37

Segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça:

- a) o decurso do tempo pode ser único fundamento para, validamente, alicerçar decisão que determina a produção antecipada de provas em face da suspensão do processo pela não localização do acusado.
- b) intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado.
- c) incabível a suspensão condicional do processo quando houver desclassificação do crime ou procedência parcial da pretensão punitiva, antes ou no momento da prolação da sentença.
- d) o benefício da suspensão condicional do processo é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material quando a pena mínima cominada, pelo somatório, ultrapassar o limite de um ano.

Questão 38

Quanto ao reconhecimento de pessoas ou coisas, tem-se o seguinte:

- a) segundo o Supremo Tribunal Federal, o reconhecimento fotográfico não poderá ser efetivado na impossibilidade de reconhecimento pessoal e direta, mesmo que obedecidos os parâmetros definidos pelo Código de Processo Penal quanto ao reconhecimento pessoal.
- b) o reconhecimento de voz ou auditivo não possui valor probatório, uma vez que não se encontra previsto na legislação processual penal ou em qualquer outra legislação extravagante.
- c) a jurisprudência majoritária inadmitte reconhecimento pessoal em juízo, sem as formalidades previstas na legislação processual, mesmo quando se tratar de ratificação de reconhecimento formal anterior realizado no bojo do inquérito policial.
- d) segundo o Código de Processo Penal, a pessoa, cujo reconhecimento se pretender, será colocada, se possível, ao lado de outras pessoas que com ela tiverem qualquer semelhança, convidando-se quem tiver de fazer o reconhecimento a apontá-la.

Espaço para rascunho

Questão 39

Sobre a prisão em flagrante, tem-se o seguinte:

- a) o auto de prisão em flagrante deverá ser lavrado pela autoridade do local do crime onde foi efetivada a captura, sob pena de nulidade absoluta.
- b) em até 24 (vinte e quatro) horas da realização da prisão, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pelo juiz, sendo que a errônea capitulação dos fatos no mencionado documento gera nulidade do flagrante.
- c) o reconhecimento da nulidade do auto de prisão em flagrante atinge unicamente o seu valor como instrumento de coação cautelar, não tendo repercussão no processo-crime.
- d) a falta de comunicação, no prazo legal, da prisão em flagrante à autoridade judiciária nulifica-a, devendo o magistrado, após oitiva do Ministério Público, determinar seu imediato relaxamento.

Questão 40

X, cansado dos prejuízos decorrentes das avarias causadas a seu veículo por terceiro não identificado, instalou uma câmera de vigilância dirigida ao box da garagem a ele destinada em edifício onde reside, com o objetivo de identificar o autor dos danos praticados contra seu patrimônio. Segundo o Supremo Tribunal Federal, a gravação de imagem, nesse caso, é:

- a) lícita, pois o box de garagem pode ser considerado extensão da residência da vítima, sendo válida a utilização de meios de segurança para a preservação de seu patrimônio.
- b) ilícita, porquanto não houve circunstanciada autorização judicial necessária à realização de monitoramento ambiental.
- c) ilícita, pois há clara ofensa à intimidade, à vida privada e ao direito de imagem de terceiros, direitos estes consagrados constitucionalmente.
- d) lícita, pois o monitoramento ambiental, em ambiente público ou privado, não necessita de autorização judicial.

Questão 41

Magrillo, criminoso contumaz, foi abordado pela polícia, sob possível suspeita de prática do crime previsto no artigo 157, § 2º, I e II, do Código Penal. Conduzido à delegacia de polícia, mesmo sem estar em estado flagrancial e sem determinação judicial, foi instado a entrar em contato com os últimos terminais telefônicos que se encontravam gravados em seu celular. A conversa, então, foi gravada, com conhecimento de Magrillo, após ser determinado, pelo delegado, que ele efetuasse diálogos ditados pela própria autoridade policial e utilizasse o sistema de viva voz. Tal fato gerou a identificação de Magrillo como partícipe do crime. Nesse caso, a prova é:

- a) ilícita, uma vez que a gravação clandestina autorizada por terceiro, mesmo quando este for vítima, está, segundo Superior Tribunal de Justiça, inserida no conceito de interceptação telefônica e, destarte, necessita de autorização judicial para ser viabilizada.
- b) ilícita, uma vez que, além de Magrillo se encontrar ilegalmente detido, não foi advertido pela autoridade policial de seu direito de não autoincriminação, garantia prevista na Carta Política Brasileira.
- c) lícita, uma vez que a escuta por terceiro não está, segundo Supremo Tribunal Federal, inserida no conceito de interceptação telefônica e, destarte, não necessita de autorização judicial para ser viabilizada.
- d) lícita, porquanto, além de Magrillo assentir na empreitada de captação telefônica, é aplicável, ao caso, o princípio da proporcionalidade, em seu subprincípio da necessidade, pois se deve levar em consideração, na análise da nulidade, a gravidade do crime ora investigado.

Espaço para rascunho

Questão 42

Capitão Didi teve seus diálogos telefônicos, estabelecidos com Lekão do Cerrado, interceptados pela autoridade policial, sem autorização judicial e sem consentimento de ambos. Tal fato desvelou a prática do crime previsto no artigo 157, § 2º, I e II, do Código Penal. Após ameaça de sua esposa em abandonar o lar, Capitão Didi consentiu na divulgação dos seus conteúdos. Nesse caso, segundo o Superior Tribunal de Justiça, a prova é:

- nula, pois não houve prévia autorização judicial, nem tampouco os interlocutores tinham ciência de tal artifício no momento dos diálogos interceptados.
- válida, pois o consentimento de um dos interlocutores, mesmo posterior, tem o condão de legitimar o ato.
- nula, pois o consentimento de Capitão Didi se encontra viciado pela ameaça proferida de abandono de lar pela sua esposa.
- válida, pois é possível afirmar que Capitão Didi, caso soubesse previamente da interceptação telefônica, manteria os mesmos diálogos travados com Lekão do Cerrado.

Questão 43

Cabelo de Anjo, residente em Anápolis/GO, em concurso com Malacúria, residente em Rio Verde/GO, praticaram furto qualificado na cidade de Luziânia/GO. Ato contínuo, a lavagem de dinheiro, delito mais grave, cometida mediante operações financeiras de mascaramento de recursos auferidos pelo furto qualificado, foi perpetrada, pelos mesmos criminosos, em Goiânia/GO. Nesse caso, segundo as regras de competência decorrentes dos critérios originários previstos no Código de Processo Penal, verifica-se que

- o juízo de Luziânia/GO é o competente para julgar crime de furto qualificado, e o juízo de Goiânia/GO o é para o crime de lavagem de dinheiro, uma vez que é obrigatória a separação dos processos, porquanto praticados em locais diferentes.
- há conexão entre os dois delitos, sendo prorrogada a competência do juízo de Luziânia/GO, que passará a ser competente para julgar, além do crime de furto qualificado, o crime de lavagem de dinheiro praticado em Goiânia/GO.
- há conexão entre os dois delitos, sendo prorrogada a competência do juízo de Goiânia/GO, que passará também a ser competente para julgar, além do crime de lavagem de dinheiro, o crime de furto qualificado praticado em Luziânia/GO.
- a competência será fixada no juízo de Anápolis/GO ou no de Rio Verde/GO que primeiro tomar conhecimento dos fatos, uma vez que os autores do crime residem em municípios diversos e, nesses casos, a competência é fixada pela prevenção.

Questão 44

Marreco é investigado, pela polícia federal, pela prática de uso de documento falso, a partir de notícia encaminhada pela Receita Federal, uma vez que sua empresa teria sido fraudulentamente transferida, mediante falsificação de assinaturas. Inconformado, impetra *habeas corpus* pessoalmente alegando ter sido ameaçado de indiciamento pelo delegado. Outrossim, averba que a polícia federal não teria competência para investigar os fatos, bem como o prazo para conclusão das investigações extrapolou 30 dias, já alcançando quase 60 dias sem o devido termo. Destarte, pede que o inquérito policial seja trancado. Nesse caso, verifica-se que

- a ordem de *habeas corpus* deve ser denegada, pois, além de não existir previsão constitucional do “delegado natural”, a autoridade policial não exerce jurisdição, mas pratica atos de natureza administrativa.
- o *habeas corpus* não poderá ser conhecido, uma vez que impetrado por pessoa que, além de não possuir capacidade postulatória para impetração do remédio heroico, também é paciente da impetração.
- deve ser concedida a ordem de *habeas corpus*, uma vez que a alegação de ameaça de indiciamento, mesmo não lastreada em elementos concretos de ilegalidade na condução das investigações, é suficiente para caracterizar coação passível de trancamento de inquérito policial.
- deve ser concedida a ordem de *habeas corpus*, uma vez que o excesso de prazo para a conclusão do inquérito policial, mesmo com atos investigatórios pendentes, é suficiente para caracterizar ameaça, mesmo indireta, à liberdade ambulatorial.

Questão 45

Sobre os meios operacionais de investigação, tem-se o seguinte:

- a) o uso de recompensas, expressamente previsto na lei 9.034/95, é meio de prova correspondente à previsão de gratificação pecuniária a terceiros que, por serem autores de crime, têm condições de prestar informações às autoridades para elucidação do delito praticado.
- b) a ação controlada, segundo a lei 9.034/95, consiste em retardar a interdição policial do que se supõe ação praticada por organizações criminosas ou a ela vinculado, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações.
- c) segundo o Supremo Tribunal Federal, a colaboração premiada é instrumento de persecução criminal eivado de inconstitucionalidade, uma vez que viola o princípio da lealdade processual e institucionaliza o incentivo, pelo Estado, à traição.
- d) a infiltração de agentes, segundo previsão expressa na lei 9.034/95, consiste na autorização do judiciário para que seus agentes policiais ou para que particulares atuem como instigadores, partícipes ou coautores numa empreitada criminosa, com o objetivo de desvelar os cabeças de organizações criminosas.

Espaço para rascunho

Questão 46

O art. 5º da Constituição Federal institui o combate ao poder arbitrário do Estado, ao preceituar que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Por força desse dispositivo, institui-se o princípio da legalidade que apresenta, segundo os teóricos, notas distintivas do princípio da reserva legal. Dentre os aspectos diferenciadores entre ambos, observa-se que

- a) o princípio da reserva legal é um princípio abstrato, de aplicação ampla, que determina que os comandos jurídicos que impõem comportamentos gerais originem-se de espécies normativas constitucionalmente previstas.
- b) o princípio da legalidade é um princípio abstrato, de aplicação ampla, à generalidade das matérias, que submete a atuação estatal às espécies normativas constitucionalmente previstas, dependentes de processo legislativo.
- c) o princípio da legalidade é um princípio abstrato, de aplicação restrita a matérias especificadas constitucionalmente, que submete a atuação estatal a espécies normativas constitucionalmente previstas, dependentes de processo legislativo.
- d) o princípio da reserva legal é um princípio concreto, de aplicação ampla e geral, que determina que os comandos jurídicos que impõem comportamentos forçados originem-se de espécies normativas constitucionalmente previstas.

Questão 47

Nos estudos sobre a formação do direito constitucional, verifica-se que o constitucionalismo representou um importante movimento político e filosófico, com manifestações distintas, nos diferentes períodos da história. Os teóricos desse ramo do direito apresentam classificação do constitucionalismo, identificando características próprias a cada período. Assim, o constitucionalismo

- a) antigo, desenvolvido nas cidades-estado da Grécia, entre os séculos V a III a.C., caracteriza-se por um regime político constitucional ditatorial, cujo poder político é concentrado no chefe político, e o exercício do governo é afastado dos governados.
- b) na Idade Média, marcado pela Magna Carta Inglesa de 1215, caracteriza-se pelo avanço do absolutismo, tendo em vista que esse documento confere poder ilimitado e absoluto ao Rei, sobretudo nas questões referentes à propriedade.
- c) moderno, identificado nas Constituições dos Estados Unidos da América de 1787 e da França de 1791, caracteriza-se pela vinculação à ideia de constituição escrita e rígida, com força para limitar e vincular os órgãos do poder político.
- d) contemporâneo, cujo marco inicial são as Constituições Mexicanas de 1917 e de Weimar de 1919, caracteriza-se por inaugurar o modelo de organização do Estado e por limitar o poder estatal, por meio de uma declaração de direitos e garantias fundamentais.

Questão 48

O poder constituinte originário, segundo a teoria constitucional, é a força política capaz de estabelecer o vigor normativo da Constituição e tem por características precípua

- a) pertencer a uma dada ordem jurídica e ser regido pelo direito por ela positivado.
- b) esgotar-se com a edição da Constituição, não subsistindo para além dessa ordem.
- c) ser a vontade política do grupo de poder, independente de valores culturais.
- d) ter eficácia atual por constituir força histórica apta a realizar os fins a que se propõe.

Espaço para rascunho

Questão 49

A jurisdição constitucional subjetiva ou incidental, em regra, é provocada pelas ações constitucionais de garantia ou chamados remédios constitucionais, em razão da celeridade e do rito dos seus procedimentos. Estão excluídos do rol de legitimados a provocar a jurisdição constitucional em sede de controle difuso incidentalmente:

- a) os integrantes do polo passivo da demanda, nas ações penais.
- b) os que atuam na lide na qualidade de terceiros intervenientes.
- c) o Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário.
- d) o Ministério Público Federal ou Estadual, quando oficie no feito.

Questão 50

No âmbito constitucional, a distinção entre regra e princípio tem relevância prática, dada a influência das ideias advindas do neoconstitucionalismo na construção do sentido normativo, pelo judiciário. Entende-se que, nesse âmbito,

- a) os princípios têm o caráter concreto, enquanto as regras são abstratas.
- b) as regras são normas jurídicas, enquanto os princípios não têm essa natureza.
- c) as regras são *standards* com caráter vinculante, enquanto os princípios não vinculam.
- d) os princípios têm o caráter fundamental e função fundante em relação às regras.

Questão 51

A Ação Direta de Inconstitucionalidade interventiva é proposta em desfavor da unidade federada, com o fim de assegurar a observância dos chamados princípios constitucionais sensíveis. São legitimados para a sua propositura:

- a) o Ministério Público, agindo na qualidade de sucessor processual, nos interesses da Federação.
- b) as entidades de classe e associações constituídas no tempo e forma da lei, agindo em nome próprio.
- c) o Presidente do Senado Federal, representando o Congresso Nacional e atuando em nome do mesmo.
- d) o Procurador Geral da República, atuando como substituto processual, na defesa da coletividade.

Questão 52

A arguição de descumprimento destina-se a proteger os preceitos fundamentais decorrentes da Constituição. Pode ser empregada para o controle dos atos concretos ou individuais do Estado e da administração pública, entre os quais estão:

- a) os atos administrativos e os contratos administrativos, desde que regidos pelo direito público.
- b) as súmulas dos tribunais, os atos concretos do Estado e as decisões judiciais sem trânsito em julgado.
- c) os contratos administrativos, os atos políticos e as decisões judiciais com trânsito em julgado.
- d) os atos regidos pelo direito privado, os atos do Estado e as decisões judiciais com trânsito em julgado.

Questão 53

Os direitos fundamentais exercem múltiplas funções na ordem jurídica, que se justificam pelo contexto histórico em que foram gerados, como pela compreensão da dupla perspectiva subjetiva-objetiva desses direitos. Nessa perspectiva, verifica-se que a função de

- a) prestação, tributária do pensamento liberal, corresponde ao direito a prestação de tutela contra as inserções na esfera individual.
- b) defesa, originária da matriz social, corresponde ao direito de defesa contra ações lesivas à isonomia na distribuição dos bens jurídicos.
- c) prestação, tributária do pensamento social, corresponde ao direito à igualdade formal na prestação da tutela jurisdicional.
- d) defesa, originária na matriz liberal-burguesa, corresponde ao direito ao não impedimento às ações do titular do direito fundamental.

Questão 54

A Constituição Federal consagra um sistema para o controle das crises e dos estados de exceção, composto por normas jurídicas e informado por princípios norteadores, entre os quais se encontra o princípio

- a) da legalidade constitucional ordinária, segundo o qual nenhuma medida pode afastar a legalidade ordinária, constitucionalmente garantida.
- b) do controle político e judicial, segundo o qual as medidas de exceção são submetidas ao controle político do Congresso Nacional e do Poder Judiciário.
- c) da perenidade, segundo o qual as medidas devem ser estáveis e duradouras, permanecendo por tempo indefinido, na ordem vigente.
- d) da segurança nacional, segundo o qual as medidas de exceção, previstas na Constituição, devem ser submetidas ao controle das forças armadas.

Questão 55

Na interpretação da norma constitucional, assim como no controle de constitucionalidade das leis, o Poder Judiciário tem recorrido a princípios que buscam conferir maior concreção aos valores consagrados na Carta Magna. Assim, a aplicação do princípio da

- a) correção funcional permite o ajustamento, a revisão e a correção das competências funcionais constitucionalmente estabelecidas.
- b) eficácia integradora visa a favorecer a integração social e a unidade política, no construir de soluções para os problemas jurídico-constitucionais.
- c) correção funcional impõe interpretar a lei cujo sentido originário contrarie a Constituição, de forma a corrigir sua função no ordenamento jurídico.
- d) concordância prática determina que nas diversas exegeses constitucionais seja preferida aquela que atenda a reserva do possível.

Questão 56

No modelo brasileiro, a repartição de competências, enquanto processo de distribuição constitucional de poderes entre as entidades federadas, é definida constitucionalmente pela enumeração

- a) dos poderes da União, ficando os poderes remanescentes para estados federados e municípios.
- b) dos poderes dos estados federados e dos municípios, ficando poderes indicativos para a União.
- c) dos poderes da União, com poderes remanescentes para os estados e indicativos para os municípios.
- d) de todos os poderes, tanto dos municípios, quanto dos estados federados e da União.

Questão 57

O Conselho Nacional de Justiça, consoante dispositivo constitucional, é órgão integrante do Poder Judiciário Brasileiro. Em razão de sua natureza esse órgão tem composição

- a) heterogênea, sendo integrado tão somente por magistrados, membros do Ministério Público, advogados e cidadãos, com função jurisdicional e de controle da atuação financeira e disciplinar.
- b) homogênea, sendo integrado tão somente por magistrados de carreira e advogados públicos, com função jurisdicional e de controle da atuação jurisdicional e disciplinar.
- c) homogênea, sendo integrado tão somente por juízes, desembargadores e membros do ministério público, com função administrativa de controle da atuação jurisdicional e administrativa.
- d) heterogênea, sendo integrado tão somente por magistrados, membros do Ministério Público, e defensores públicos, com função jurisdicional e de controle da atuação financeira e disciplinar.

Espaço para rascunho

Questão 58

A Constituição Federal prevê, dentre as retribuições pecuniárias ao servidor público, além da remuneração e dos vencimentos, a figura do subsídio como modalidade

- a) obrigatória a todos os servidores públicos de carreira, paga em parcelas múltiplas, pelo exercício de cargo ou função.
- b) obrigatória a certos agentes públicos, em parcela única, sendo vedado o acréscimo de gratificação, adicional ou outra espécie remuneratória.
- c) facultativa a todos os agentes públicos, paga em parcela única, sendo cumulativa com gratificação, adicional ou outra espécie remuneratória.
- d) facultativa aos servidores públicos de carreira, paga em parcelas múltiplas, fixada ou alterada por lei específica.

Questão 59

Ao tratar da política urbana, a Constituição Federal institui a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana, como sanção ao não aproveitamento adequado do solo urbano. Essa medida há de ser promovida pelo poder público municipal,

- a) conforme conveniência e necessidade, a qualquer tempo, sem adoção de medidas prévias.
- b) por ato do executivo, em razão da necessidade e em área de conflituosidade ou de risco.
- c) mediante ordem judicial, para qualquer área, após a notificação para edificação compulsória.
- d) mediante lei específica para área incluída no Plano Diretor, após a aplicação do IPTU progressivo.

Questão 60

A Constituição Federal, em seu art. 215, ao dispor que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, afirma

- a) a preservação do patrimônio cultural e dos bens originários das territorialidades, nas suas diversas concepções.
- b) a autodeterminação cultural do cidadão, garantida no plano individual, na perspectiva da homogeneidade da cultura brasileira.
- c) a preservação do patrimônio cultural, compreendido como conjunto de bens originários de determinada identidade nacional brasileira.
- d) a autodeterminação do povo brasileiro, portador de especificidade, unidade cultural e identidade funcional e territorial.

Espaço para rascunho

Questão 61

As cominações legais previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/92) alcançam

- a) os agentes políticos apenas, pois os servidores somente se submetem às sanções previstas na legislação estatutária.
- b) o terceiro que lesou o patrimônio público, ainda que sem a concorrência de agente público para o ato danoso.
- c) o sucessor do causador do dano ao patrimônio público até o limite da herança.
- d) o agente político, até 8 (oito) anos após o término do mandato.

Questão 62

Prevê a Lei n. 8.429/92 que constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário

- a) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- b) negar publicidade aos atos oficiais.
- c) frustrar a licitude de concurso público.
- d) frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.

Questão 63

Em relação aos empregados das sociedades de economia mista, tem-se que

- a) são equiparados a funcionários públicos para fins penais.
- b) podem acumular seus empregos com cargos ou funções públicas.
- c) são regidos pelo estatuto dos servidores do estado ao qual a entidade pertence.
- d) podem alcançar a estabilidade estatutária, como ocorre com os servidores públicos.

Questão 64

Acerca dos contratos administrativos, nos termos da Lei n. 8.666/93, tem-se que

- a) a prestação de serviços de assistência técnica poderá ser prorrogada, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de quarenta e oito meses.
- b) há exceção à regra de que a duração dos contratos ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- c) a eleição dos contratos que podem ser prorrogados, conforme o objeto, compete exclusivamente à autoridade contratante, que decidirá discricionariamente.
- d) os contratos de aluguel de equipamentos e de utilização de programas de informática poderão ser prorrogados até o limite de sessenta meses.

Questão 65

A compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem sua escolha,

- a) pode ocorrer por meio da dispensa de licitação com a contratação direta.
- b) deve ser, obrigatoriamente, precedida de licitação na modalidade concorrência.
- c) pode se efetivar independentemente de avaliação prévia do imóvel.
- d) deve ser licitada e a modalidade do certame nesse caso é eleita de forma discricionária.

Questão 66

Constitui princípio institucional da polícia civil, nos termos da Lei n. 16.901/10:

- a) segurança jurídica
- b) participação e interação comunitária
- c) delegação de competência
- d) isonomia ou igualdade

Questão 67

Ao teor da Lei n. 16.901/10 são unidades de execução tática da polícia civil:

- a) Delegacias de Polícia Especializadas Municipais, no âmbito de polícia especializada.
- b) Delegacias de Polícia Distritais, no âmbito de polícia territorial.
- c) Delegacias Regionais de Polícia, no âmbito de polícia territorial.
- d) Delegacias de Polícia Especializadas Estaduais, no âmbito de polícia especializada.

Questão 68

A lei estadual n. 13.800/01, que regula o processo administrativo, prevê em relação aos direitos dos administrados:

- a) permissão para o interessado ter vista dos processos, porém sem obter cópias e fazer anotações dos documentos neles contidos.
- b) assistência obrigatória de advogado, independentemente da natureza do objeto do processo em tramitação.
- c) possibilidade de formulação de alegações e apresentação de documentos, desde que apresentados antes da decisão da autoridade julgadora.
- d) exclusão de prioridade na tramitação dos processos para pessoas portadoras de hanseníase, no caso de a doença ter surgido após o início do processo.

Questão 69

A Súmula Vinculante n. 13 do Supremo Tribunal Federal, editada para combater a prática do nepotismo na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, veda a nomeação para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada,

- a) de cônjuge ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo em comissão de direção, chefia ou assessoramento.
- b) de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo em comissão de direção, chefia ou assessoramento.
- c) de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo em comissão de direção, chefia ou assessoramento.
- d) de cônjuge ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo em comissão de direção, chefia ou assessoramento.

Questão 70

De acordo com a Lei n. 11.107/2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, verifica-se que

- a) a formação do consórcio somente poderá efetivar-se se houver prévia subscrição de protocolo de intenções.
- b) é desnecessária a constituição de pessoa jurídica ou associação pública, sendo suficiente o termo de ajuste celebrado entre as pessoas federativas consorciadas.
- c) desde que o termo de ajuste seja publicado em órgão oficial é dispensada lei específica para o ente federado participar do consórcio público.
- d) é vedado aos consórcios públicos celebrarem qualquer tipo de acordo com terceiros, como contratos e convênios.

Questão 71

A administração pública municipal planeja contratar artista consagrado pela opinião pública no segmento infantil para as comemorações alusivas ao “Dia da criança”. Essa contratação, nos termos da Lei n. 8.666/93,

- a) depende de licitação na modalidade concurso.
- b) depende de licitação na modalidade pregão, presencial ou eletrônico.
- c) pode ocorrer de forma direta, pois a Lei arrola como um dos casos de dispensa.
- d) pode ocorrer de forma direta, pois a licitação é inviável, portanto, inexigível.

Questão 72

Em relação à modalidade licitatória pregão, verifica-se que

- a) houve a adoção parcial do princípio da oralidade, em contraposição às formas comuns de licitação.
- b) a Lei n. 10.520/02 estabelece restrição à adoção dessa modalidade para contratos de grande vulto.
- c) permanece o órgão colegiado, Comissão de Licitação, incumbido da direção e definição dos trabalhos.
- d) em razão da celeridade do procedimento é vedada a impugnação do ato convocatório na esfera administrativa.

Questão 73

De acordo com a Lei n. 9.790/99, as organizações da sociedade civil de interesse público

- a) possuem personalidade jurídica de direito público.
- b) podem ter fins lucrativos.
- c) estão dispensadas da qualificação junto ao Ministério da Justiça.
- d) celebram termos de parcerias com a Administração.

Questão 74

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás e de suas Autarquias, Lei n. 10.460/88, prevê que

- a) os casos de promoção, acesso e reintegração dependem de posse.
- b) os secretários de estado são impedidos de dar posse em qualquer circunstância.
- c) a posse por procuração é possível em casos de doença devidamente comprovada.
- d) a posse deverá ser tomada no prazo de 30 (trinta) dias da publicação, sem prorrogação.

Questão 75

Pelas regras do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, nos termos da Lei n. 8.987/95, tem-se que

- a) a concessionária poderá promover desapropriação autorizada pelo poder concedente, desde que tenha sido prevista no edital e no contrato.
- b) o menor valor da tarifa do serviço a ser prestado não constitui critério de julgamento da licitação.
- c) é admitida a subconcessão, ainda que sem previsão contratual, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.
- d) as contratações de mão de obra feitas pela concessionária serão regidas pelo Estatuto dos servidores adotado pelo poder concedente.

Espaço para rascunho

Questão 76

Na obrigação, se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, a obrigação não se extingue automaticamente, de acordo com o Código Civil. Assim, falecendo um dos devedores solidários, tendo esse devedor deixado 2 (dois) filhos, o Código Civil dispõe o seguinte:

- a) os filhos do falecido estarão obrigados ao cumprimento integral da obrigação, uma vez que têm o dever de adimplir com todas as obrigações deixadas pelo pai.
- b) como a obrigação é solidária, os herdeiros não estão obrigados ao pagamento da obrigação, pois os demais devedores estão obrigados pela integralidade do débito.
- c) nenhum dos herdeiros é obrigado a pagar importância que supere a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário.
- d) a solução é idêntica ao que o Código Civil trouxe quando há falecimento de devedor em obrigação indivisível, com os herdeiros obrigados ao cumprimento total da obrigação, independente de sua quota.

Questão 77

O artigo 7º da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB estabelece regras para o instituto do casamento, e na dissolução no que se refere, especificamente, ao domicílio. Essas regras dispõem o seguinte:

- a) tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do último domicílio conjugal.
- b) o casamento de estrangeiros poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os nubentes.
- c) é a lei do último domicílio conjugal que será aplicada no caso de questionamentos quanto ao regime de bens.
- d) brasileiros divorciados no estrangeiro terão seu divórcio reconhecido no Brasil após 1 (um) ano do pedido de homologação feito ao Superior Tribunal de Justiça.

Questão 78

Após um acidente automobilístico, um jovem de 14 (quatorze) anos, filho único, perdeu seus pais que eram empresários do ramo de tecelagem em uma cidade do estado de Goiás. Segundo o artigo 3º do Código Civil, os menores de 16 (dezesseis) anos são considerados absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil. O jovem, nesse caso, poderá

- a) por meio de representante continuar a empresa antes exercida por seus pais, haja vista a exceção estabelecida no direito de empresa.
- b) responder civilmente pela empresa, mesmo sem representação ou assistência, por força da função social da empresa.
- c) exercer a atividade de empresário, pois está em pleno gozo da capacidade civil e não está legalmente impedido.
- d) requerer autorização judicial para continuar exercendo a atividade empresarial dos pais, sem intervenção dos representantes.

Questão 79

O regime jurídico dos bens é dividido em três grandes modalidades, os bens considerados em si mesmos, os bens reciprocamente considerados e os bens públicos. Cada uma dessas modalidades é subdividida. De qual modalidade cada um dos tipos de bens a seguir fazem parte, respectivamente, considerando a seguinte ordem: bens considerados em si mesmos, bens reciprocamente considerados e bens públicos?

- a) Bens de uso comum do povo, bens de uso especial e benfeitoria.
- b) Bens fungíveis, pertenças e bens dominicais.
- c) Bens imóveis, bens móveis e pertenças.
- d) Bens consumíveis, bens imóveis e bens de uso comum do povo.

Questão 80

A responsabilidade civil subjetiva difere da responsabilidade civil objetiva, basicamente, por requerer a demonstração da culpa como um de seus requisitos. A regra no Código Civil é a responsabilidade civil subjetiva (artigo 927, caput), no entanto, também há menção da responsabilidade civil objetiva no Código Civil quando

- a) o dano é causado por incapaz e as pessoas responsáveis por ele não tiverem obrigação de repará-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- b) o autor do dano, por culpa de terceiro, ingressar com ação regressiva para reaver a importância que tiver ressarcido ao lesado.
- c) a atividade executada pelo autor do dano, por sua natureza, implicar risco para os direitos de outrem.
- d) a reparação civil nasceu da prática de crime, contravenção ou infração administrativa.

Questão 81

A sentença absolutória do júri não expressa se o resultado se deu por insuficiência ou não de provas, podendo inclusive ocorrer contrariamente à prova dos autos. No que tange à indenização civil nos casos de julgamento por jurados, tem-se o seguinte:

- a) absolvido pelo júri, que se limitou a negar a existência do fato, é cabível ação indenizatória civil.
- b) a soberania do júri é compatível com a teoria da eficácia da decisão do crime sobre a instância cível.
- c) entende-se que a decisão absolutória do júri sobre a questão do fato e da autoria, por não ser fundamentada, não tem nenhuma influência no juízo cível.
- d) a decisão do júri é uma sentença capaz de influir na instância civil, independentemente de ser considerada circunstanciada, como na resposta aos quesitos da legítima defesa.

Questão 82

Figura como um direito da personalidade a impossibilidade de constranger alguém a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica (artigo 15 do Código Civil). Esse artigo faz referência a qual tipo de temática?

- a) Possibilidade judicial de submeter um paciente com risco de vida, integrante das “Testemunhas de Jeová”, à transfusão de sangue.
- b) Aborto necessário, uma vez que não há outro meio de salvar a vida da gestante.
- c) Aborto, precedido de consentimento da gestante, no caso de gravidez resultante de estupro.
- d) Ao dever de informar do médico responsável sobre a escolha de tratamento médico ou cirúrgico que imponha risco de vida ao paciente.

Questão 83

A dicotomia Direito Público e Direito Privado remonta ao direito romano. Vários são os critérios propostos para esclarecer essa diferença. O critério finalístico assenta-se no interesse jurídico tutelado. Assim, são de direito público

- a) as normas em que predomina o interesse geral.
- b) as normas reguladoras das relações particulares, com base na igualdade.
- c) as normas que visam atender imediatamente o interesse dos indivíduos.
- d) as normas em que não é possível a sua derrogação pela vontade das partes.

Questão 84

Uma família sem teto para morar invade pacificamente um terreno urbano de pouco mais de 150 metros quadrados e ali constrói sua casa de moradia, permanecendo por cinco anos e meio no local, sem nunca ter sido incomodada pelo proprietário. Tal situação caracteriza usucapião

- a) extraordinária rural, por posse sem interrupção e sem oposição do proprietário.
- b) ordinária rural, por posse contínua e sem oposição, justo título e boa fé.
- c) extraordinária coletiva urbana, por ser a posse realizada por um grupo familiar.
- d) especial urbana, porque houve posse contínua e sem oposição do proprietário.

Questão 85

Um servidor público federal vende seu veículo e combina o pagamento em três parcelas, no último dia de cada mês, em março, abril e maio de 2012. No início de abril de 2012, é mandado pelo governo federal para trabalhar em outro país, pelo prazo de dez anos. Ao retornar, poderá receber as parcelas remanescentes do preço pois

- a) a prescrição não corre contra ausentes do país em serviço público da União, dos estados ou dos municípios.
- b) a decadência não corre contra ausentes do país em serviço público da União, dos estados ou dos municípios.
- c) a prescrição não corre contra servidores públicos ausentes do país, qualquer que seja a atividade a realizar no exterior.
- d) a decadência não corre contra servidores públicos em viagem ao exterior, desde que esteja pendente uma condição suspensiva.

Questão 86

Um casal com grande patrimônio e dois filhos menores, assessorado por seu advogado comum, procura o Cartório do Registro Civil para realizar o divórcio por escritura pública, o qual é negado pelo oficial do Cartório, porque

- a) o divórcio consensual feito no Cartório do Registro Civil exige a presença de dois advogados, um para cada parte.
- b) o divórcio consensual por escritura pública é recusado pelo oficial do Cartório por haver direitos de filhos menores.
- c) o divórcio consensual feito no Cartório do Registro Civil exige prova da existência de direitos de filhos menores.
- d) o divórcio consensual por escritura pública é vedado quando o casal tem grande patrimônio a partilhar.

Questão 87

A separação de corpos antes de decretado o divórcio é medida preventiva para evitar exasperação do litígio entre os cônjuges e para proteger a integridade física e psicológica do casal,

- a) podendo a parte requerê-la mediante comprovação da necessidade, sendo concedida pelo juiz imediatamente.
- b) importando, também, a partilha de bens, que sempre deve ser proposta pelos cônjuges mas nunca decidida de ofício pelo juiz.
- c) importando, também, a partilha de bens, que será proposta pelos cônjuges e sempre homologada pelo juiz.
- d) podendo a parte requerê-la mediante comprovação de necessidade, sendo concedida com a possível brevidade.

Questão 88

A guarda dos filhos, unilateral ou compartilhada, é instituto de proteção à prole no momento em que termina a relação conjugal, de modo a preservar, entre outros fatores, o convívio, a educação e a afetividade em relação ao pai e à mãe, sendo

- a) a responsabilidade conjunta, na guarda compartilhada, que poderá ser requerida apenas por ambos os pais.
- b) a responsabilidade conjunta, na guarda compartilhada, que poderá ser requerida por consenso, pelo pai e pela mãe, ou por qualquer deles.
- c) facultativa, na guarda unilateral, a supervisão dos interesses dos filhos por parte do genitor que não a detenha.
- d) decretada pelo juiz, na guarda compartilhada, de modo obrigatório, em atenção às necessidades específicas do filho.

Questão 89

O Código do Consumidor (Lei n. 8.078/90) estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e de interesse social, qualificando a responsabilidade do fornecedor

- a) solidariamente, por vícios de quantidade do produto, sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, o conteúdo líquido for inferior às indicações do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária.
- b) solidariamente, pelos vícios de qualidade dos serviços, que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor e, também, por aqueles que decorrerem da disparidade com as indicações ou mensagem publicitária.
- c) de modo individual, por vícios de quantidade do produto, sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, o conteúdo líquido for inferior às indicações do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária.
- d) de modo individual, por vícios de quantidade e qualidade de produtos duráveis ou não duráveis, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo, ou lhes diminuam o valor, ou, ainda, vícios de disparidade com indicações do recipiente ou da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária.

Questão 90

Uma pessoa que se casa sem conhecer o cônjuge incorre no risco de descobrir depois do casamento fatos que dizem respeito às qualidades essenciais do outro, das quais não tinha conhecimento e que lhe são insuportáveis.

Na lei civil essa figura é qualificada de

- a) erro substancial quanto às qualidades da pessoa, que se diferencia do vício redibitório porque o erro implica juízo objetivo e o vício está ligado ao juízo subjetivo.
- b) vício redibitório, fundamentado na vontade do agente, enquanto o erro substancial quanto às qualidades da pessoa se fundamenta na obrigação legal de garantir o uso da coisa.
- c) erro substancial quanto às qualidades da pessoa, que se diferencia do vício redibitório porque o vício é erro objetivo sobre a coisa e o erro substancial sobre as qualidades da pessoa é juízo subjetivo.
- d) vício redibitório, que pode ser atacado por ação anulatória, enquanto contra o erro substancial quanto às qualidades da pessoa só cabem ações redibitória ou estimatória.

Espaço para rascunho

Medicina Legal

Questão 91

A prova pericial é muito valorada na fase do inquérito policial e na fase processual. Com relação às perícias tem-se que

- a) o exame de corpo de delito deve ser solicitado pela autoridade competente diretamente ao perito.
- b) na exumação, o administrador do cemitério deve mostrar o local da inumação do corpo.
- c) o exame médico pericial complementar deve ser realizado 30 dias após o primeiro exame.
- d) nos casos de perícias complexas o exame pericial deve ser realizado por dois peritos.

Questão 92

O Brasil está geograficamente localizado na zona tropical, com isso é o país com maior incidência de descargas elétricas naturais (cósmicas). Sobre as descargas elétricas, verifica-se que

- a) as mortes causadas por descargas elétricas naturais são as fulgurações.
- b) a marca de entrada do raio no corpo chama-se lesão de Jellineck.
- c) as marcas produzidas pelas descargas elétricas no corpo são ocasionadas pelo efeito Joule.
- d) a marca de saída do raio no corpo chama-se lesão de Lichtemberg.

Questão 93

Na cena do local do crime os peritos arrecadaram a seguinte fórmula datiloscópica:

V	1	4	2	1
A	3	2	1	3

O suspeito deverá apresentar qual desenho digital no dedo médio da mão esquerda?

- a) verticilo
- b) presilha externa
- c) arco
- d) presilha interna

Questão 94

Os instrumentos contundentes causam lesões no corpo pela ação de sua superfície de contato. Um instrumento contundente cilíndrico produz uma lesão chamada de

- a) sugilação
- b) víbice
- c) cilindruria
- d) escoriação

Questão 95

Em uma tentativa de diminuir o assédio sexual que as mulheres vinham sofrendo em ônibus e vagões de trens, as autoridades criaram os “vagões rosas”, para uso exclusivo de mulheres. A perversão sexual em que o indivíduo se realiza pelo contato em aglomerações ou multidões chama-se

- a) edipismo
- b) froteurismo
- c) pigmalianismo
- d) troilismo

Espaço para rascunho

Questão 96

Ao passar por um matagal, populares encontram um corpo em estado de decomposição e comunicam à autoridade policial, que solicita o exame pericial. Sobre putrefação, tem-se que

- a) a fase gasosa marca o início da putrefação.
- b) os gases produzidos entre o 2º e 4º dias de putrefação são inflamáveis.
- c) a circulação póstuma de Brouardell marca a fase cromática da putrefação.
- d) a fase coliquativa é marcada por odor intenso e marcante.

Questão 97

Em relação aos disparos de arma de fogo, tem-se que

- a) o trajeto do projétil pode ser determinado pelo orifício de saída.
- b) nos orifícios de entrada sempre encontramos orla de contusão e enxugo.
- c) nos disparos à queima roupa encontramos o sinal de Werkgaertner.
- d) o sinal de Romanesi está localizado no orifício de saída do projétil.

Questão 98

Com relação aos meios vulnerantes que podem causar danos corporais, tem-se que

- a) o revólver é um instrumento perfurocontundente.
- b) a lesão em acordeom é produzida por instrumentos cortantes.
- c) os instrumentos são classificados pelo seu modo de ação.
- d) são exemplos de armas naturais a faca, o facão e a foice.

Questão 99

Delegado de polícia na cena do crime encontra um cadáver com livores fixos no dorso, equimoses arroxeadas no braço direito e no tórax, com os pés pendentes sobre o solo através de um laço envolto no pescoço com sulco único, contínuo e horizontal. Diante do exposto, tem-se que

- a) a investigação deve ser direcionada com base na hipótese de suicídio.
- b) os achados são compatíveis com óbito por asfixia mecânica por enforcamento.
- c) as lesões equimóticas foram produzidas após a morte, que ocorreu 4 horas antes.
- d) o corpo foi manipulado após a morte, antes do isolamento do local do crime.

Questão 100

Vítima de violência doméstica comparece ao distrito policial e narra ao delegado de polícia que foi agredida por seu marido. A vítima é encaminhada para realização de exame pericial que descreve uma equimose azulada, ovalada com 4 cm x 6 cm na coxa direita. Isso indica que a referida lesão foi produzida há

- a) 5 dias
- b) 1 dia
- c) 3 dias
- d) 8 dias

Espaço para rascunho

